

AVALIAÇÕES DA ALFABETIZAÇÃO NO CEARÁ: INICIATIVAS FEDERAIS E ESTADUAIS EM EVIDÊNCIA

MELGAÇO, Lucas da Silva

Mestrando em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (Faced/UFC), Professor da Educação Básica vinculado à Secretaria de Educação do município de Maracanaú/CE.
E-mail: lucasmelgaco@alu.ufc.br

CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima

Professora associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (Faced/UFC). E-mail: isabelfil@uol.com.br

SILVA, Sebastiana Florentino da

Professora da Educação Básica do município de Maracanaú/CE. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (Faced/UFC). E-mail: sebastianasilva1616@gmail.com

DANTAS, Larissa Martins

Professora da Educação Básica do município de Maracanaú/CE. Mestra em Educação Brasileira pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (Faced/UFC). E-mail: dantas.larissa@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo apresenta os históricos, as características e as estruturas de quatro sistemáticas de cunho nacional e regional que avaliam a alfabetização, a saber: a Avaliação Nacional da Alfabetização, a Provinha Brasil, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Ceará e a Provinha do Programa de Alfabetização na Idade Certa. Observa-se, ainda, seus percursos metodológicos na produção de indicadores que conduzam com eficiência o processo de alfabetização de crianças. Levando em consideração que todas se tratam de avaliações que mensuram a alfabetização, a pesquisa parte do pressuposto da (in)existência de diálogos que complementem a efetivação de suas propostas. Para tanto, o trabalho objetiva: discutir sobre avaliação educacional, mais especificamente em seu caráter externo; debater sobre alfabetização e letramento; explicitar os históricos, as características e a estrutura da Avaliação Nacional



da Alfabetização, da Provinha Brasil, do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Ceará e da Provinha do Programa de Alfabetização na Idade Certa; fazer um comparativo entre essas quatro sistemáticas na promoção da alfabetização. A metodologia da pesquisa, com abordagem qualitativa, configura-se como bibliográfica (OLIVEIRA, 2007); documental (CELLARD, 2008); e descritiva (TRIVIÑOS, 1987). Como principais resultados, no que tange ao objeto deste estudo, foi possível identificar quadros semelhantes ocorridos tanto na esfera estadual como na federal, as quais apresentam avaliações que estão interligadas a programas específicos de apoio à alfabetização e à formação de professores, vindo na avaliação periódica um excelente instrumento de monitoramento das ações executadas.

Palavras-chave: Avaliação. Alfabetização. Formação de professores.

ABSTRACT

The present study presents the historical, the characteristics and structures of four systematic nature of national and regional that assess the Literacy, namely: Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), Provinha Brasil, the Permanent System of Basic Education Evaluation of the State of Ceará (PSBEESC-Alfa) and Provinha do Paic (Literacy Program at the Right Age). It can also be observed, their methodological courses in production of indicators that lead to efficiency the literacy process of children. Taking into account that all these evaluations that measure literacy, research based on the assumption of (in)existence of dialogs that complement the effectuation of its proposals. For this reason, we chose as objectives of work discuss educational assessment, more specifically in its external character; discuss about literacy and the social use of language; explain the historical, the characteristics and structure of ANA, Provinha Brasil, PSBEESC and Provinha do Paic; make a comparison between the ANA, the PSBEESC, Provinha do Paic and Provinha



Brasil in promoting literacy. The research methodology, based on a qualitative approach, it configures itself as bibliographic (OLIVEIRA, 2007); documentary (CELLARD, 2008); and descriptive (TRIVIÑOS, 1987). As main results, in terms of the object of this study, it was possible to identify similar frames occurred both at the state level as federal. Both evaluations are linked to specific programs to support literacy and the training of teachers. The periodic assessment is seen as an excellent tool for monitoring the actions performed.

Key-words: Assessment. Literacy. Training of teachers.



1 Introdução

Na busca de informações que possibilitem visualizar, identificar e intervir sobre os problemas relacionados ao fracasso da educação brasileira, a configuração estrutural e pedagógica escolar nacional preza a avaliação como fator essencial na busca pela qualidade educacional. Assim, pesquisas sobre avaliação – interna e externa – do rendimento escolar têm se desencadeado por toda a cultura historicamente construída, especialmente nas últimas duas décadas.

Este estudo busca apresentar os históricos, as características e estruturas de quatro sistemáticas de cunho nacional e regional que avaliam a alfabetização, a saber: a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), a Provinha Brasil, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Ceará (Spaeece-Alfa) e a Provinha do Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic). Observaremos, ainda, seus percursos metodológicos na produção de indicadores que conduzam com eficiência o processo de alfabetização de crianças, de modo a fazer comparativos entre elas, tendo como pressuposto a (in)existência de diálogos que complementem a efetivação de suas propostas. Para tanto, elencamos os seguintes objetivos:

1. Discutir sobre avaliação educacional, mais especificamente em seu caráter externo;
2. Debater sobre alfabetização e letramento;
3. Explicitar os históricos, as características e a estrutura da ANA, da Provinha Brasil, do Spaeece e da Provinha Paic;
4. Fazer um comparativo entre a ANA, o Spaeece, o Paic e a Provinha Brasil na promoção da alfabetização.

A pesquisa configura-se como bibliográfica, pois se vale de “[...] estudo direto em fontes científicas” (OLIVEIRA, 2007,



p. 69); documental, visto que se beneficia da percepção do processo de maturidade, bem como de enriquecimento de conceitos, grupos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades e práticas (CELLARD, 2008); e descritiva, visto que, segundo Triviños (1987, p. 101), “[...] essa tipologia tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Assim, a abordagem será de cunho qualitativo, pois pretendemos realizar análises e comparativas das estruturas e organização das avaliações externas voltadas para avaliar a alfabetização de crianças: Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e Provinha Brasil, ambas de cunho nacional, Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaee Alfa) e Provinha do Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic), de cunho regional. Os resultados possibilitarão possíveis intervenções para a melhoria e qualidade educacional.

O estudo trata-se de uma primeira aproximação ao tema, tendo elencado aportes teóricos que vêm trabalhando tal temática. Desse modo, trazemos uma literatura que versa sobre o fenômeno das avaliações externas, bem como acerca dos processos de alfabetização, buscando unir tais temáticas na consecução de programas/projetos de avaliação que caminhem de modo similar, lançando luz sobre suas semelhanças e diferenças.

2 Concepções sobre avaliação educacional

Desde o início do século XX, estudiosos têm despendido esforços em aprofundar o conceito, as funções e as características da avaliação. O autor norte-americano Ralph Tyler é considerado o pai da Avaliação Educacional, pois, além de ter denominado



tal nomenclatura, modificou a forma de se pensar a aferição de conteúdos dos alunos no sistema escolar, propondo uma avaliação orientada por objetivos. A partir de seus estudos, uma série de autores se destacaram e aprofundaram seus conceitos, estabelecendo as linhas gerais da avaliação, o papel do avaliador, os instrumentos e as técnicas (DEPRESBITERIS; TAVARES, 2009; VIANNA, 2000).

Freitas et al. (2009) nos auxiliam na organização da avaliação educacional, dividindo-a em três níveis de atuação, bem como apresentando a importância de articulação entre eles: a avaliação de ensino-aprendizagem (que ocorre em sala de aula), a avaliação institucional (sob a responsabilidade da instituição como um todo) e a avaliação de sistemas.

A avaliação de ensino-aprendizagem diz respeito à avaliação realizada em sala de aula que tem como objetivo o acompanhamento escolar do aluno. Para Fernandes (2009), essa avaliação é de responsabilidade exclusiva dos professores e da escola. Freitas et al. (2009) citam como processos mais conhecidos de avaliação da aprendizagem: os testes padronizados, as provas feitas pelo professor e um conjunto de atividades avaliativas, incluindo questões orais, tarefas dadas aos alunos sob supervisão e acompanhamento do professor, perguntas anexadas ao texto, provas informais de domínio da aprendizagem, *feedback*, dentre outras.

De acordo com Andriola (2004), a avaliação institucional é um processo que permite a reflexão sobre a realidade estudada e que exige de todos os atores envolvidos o compromisso com o conhecimento e o conseqüente aprimoramento da realidade observada.

O terceiro nível de avaliação educacional contempla a avaliação em larga escala e a avaliação de políticas, trata-se da avalia-



ção de sistemas educacionais (ou em larga escala), cuja finalidade é orientar as políticas públicas. Freitas et al. (2009) explicam que cabe ao Estado, em âmbito nacional, estadual ou municipal, regular a qualidade da Educação, bem como implantar medidas que garantam equidade no processo educacional.

Ademais, consoante os autores, a ideia é que os resultados de uma avaliação em larga escala sejam encaminhados à escola, para que, dentro de um processo de avaliação institucional, ela possa usar esses dados, validá-los e encontrar formas de melhoria, inclusive, para a avaliação realizada pelo professor em sala de aula.

Conforme Souza (2013, p. 165), “[...] a avaliação pode mostrar onde os alunos não tiveram sucesso e necessitam de maiores esclarecimentos ou de uma nova forma de ensino para desenvolver suas aprendizagens”. Desse modo, a avaliação não é um fim em si mesma, mas um ponto de partida, um elemento a mais para repensar e planejar a ação pedagógica e a gestão educacional.

Neste trabalho, abordaremos a avaliação em seu contexto externo, mais especificamente, como pontuado anteriormente, as avaliações que mensuram os níveis de alfabetização de crianças regularmente matriculadas no 2º e 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas.

Entre essas avaliações, destacaremos a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), aplicada no 2º ano do Ensino Fundamental¹; a Provinha Brasil, aplicada no 2º ano do Ensino Fundamental de forma diagnóstica, a qual também integra o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); a avaliação do Siste-

¹ Por ocasião da assinatura do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa por estados e municípios brasileiros, passou a integrar o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) desde 2013.



ma Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Ceará (Spaeece-Alfa), igualmente aplicada no 2º ano do Ensino Fundamental; e a Provinha do Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic) que, assim como as duas anteriores, é aplicada no 2º ano do Ensino Fundamental, todavia de forma diagnóstica. Essas duas últimas se limitam apenas ao sistema público de ensino do Estado do Ceará. Antes de conhecer um pouco mais sobre cada uma dessas avaliações, é necessário compreender a área em que tais avaliações se delimitam e buscam diagnosticar, qual seja: o processo de alfabetização.

3 Alfabetização e letramento, conceitos que se completam

A alfabetização é uma fase que deve ser conduzida de forma que o alfabetizando obtenha êxito nesse processo. Essa fase corresponde ao início de construção da língua escrita do indivíduo. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96), a alfabetização “[...] deve ser iniciada pela criança aos seis anos de idade no 1º ano do ensino fundamental I” (BRASIL, 1996), devendo ser esse processo executado de forma a garantir, de fato, que a criança obtenha o conhecimento do alfabeto.

Para que isso ocorra, o alfabetizador deve trabalhar o processo de obtenção do alfabeto pelo indivíduo, de forma consciente de que esse processo é muito importante, pois irá fazer parte da vida do educando e estará presente em seus momentos de convívio em sociedade. No entanto, a alfabetização não se restringe apenas em codificar e decodificar. Há uma série de componentes essenciais e indispensáveis que também fazem parte desse processo. Soares (2003), citada por Simonetti (2007, p. 17), defende que:



Aprender a ler e escrever envolve relacionar sons com letras, fonemas com grafemas, para codificar ou para decodificar. Envolve, também, aprender a segurar num lápis, aprender que se escreve de cima para baixo e da esquerda para a direita; enfim, envolve uma série de aspectos que chamo de técnicos.

Diante do citado, podemos afirmar que são necessárias grandes habilidades por parte do alfabetizador no que diz respeito ao ensino da língua escrita para concretização da obtenção do alfabeto pelo discente.

Ainda nessa linha de pensamento, podemos destacar o letramento, que se caracteriza como algo além da perspectiva da alfabetização, como a vivência e uso da cultura escrita e falada no cotidiano do indivíduo. Não é apenas obter o conhecimento do alfabeto para se considerar alfabetizado e/ou letrado, é a união dessas duas partes, alfabetização e letramento, que permitirá a obtenção desse *status* ante a sociedade.

Nessa perspectiva, de acordo com os apontamentos sobre o ensino de língua materna contidos nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental do Sistema Público Municipal de Ensino de Fortaleza, subentendemos que alfabetização e letramento “[...] implica ampliar a competência comunicativa dos aprendizes, isto é, a competência gramatical e a competência textual, considerando o nível de ensino e aprendizagem da língua (FORTALEZA, 2011, p. 197- 198)”.

A escrita faz parte da vida do indivíduo. Quando nasce, após os primeiros anos, inicia-se seu processo de aprendizado da língua falada e, conseqüentemente, a aquisição dos sinais gráficos – alfabeto – que irão reproduzir sua fala através da escrita. A partir desse momento, a escrita estará presente de forma direta no seu cotidiano.



Nessa lógica, o sujeito se utilizará da escrita nas mais diversas situações, em especial, como forma de se comunicar, organizar melhor o pensamento, difundir ideias e informações, além de manter relações sociais.

É preciso que o professor desenvolva estudos contínuos na área de alfabetização e letramento, que tenha conhecimentos acerca do trabalho docente, de didáticas e de metodologias, como também que esteja em constante atualização de conhecimentos.

Nesse sentido, propondo garantir a alfabetização de crianças no início do ciclo escolar ou ciclo de alfabetização, que compreende o 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental, diversos programas de formação continuada são desenvolvidos em âmbito municipal, estadual e federal.

Esses programas possuem como objetivo assegurar a alfabetização escolar dentro do ideal. Desse modo, são promovidas formações teóricas/práticas de professores, de modo que tais profissionais estejam aptos para atuar nas séries de maior desenvolvimento da alfabetização e do letramento; garantia de material didático adequado; além de acompanhamento sistemático dos resultados alcançados.

Assim, no âmbito do Ceará, faremos uma breve contextualização dos dois maiores programas de formação desenvolvidos nas séries iniciais perpetrados no estado.

3.1 O Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC)

No ano de 2004, por ocasião da criação do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, constituído por diversos órgãos, entre eles: o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), a



União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Ceará (Undime/CE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e diversas universidades cearenses, foram realizadas pesquisas sobre alfabetização de crianças nos municípios cearenses, cujos resultados levaram a dados preocupantes. Segundo o relatório divulgado, o estudo revelou uma situação de alfabetização crítica (Figura 1).

Figura 1 – Níveis de alfabetização no 2º ano do Ensino Fundamental



Fonte: Relatório final do Comitê para Eliminação da Alfabetização Escolar (Adaptado) (2006).

Por meio dos resultados, pôde-se observar o quanto estava crítica a situação educacional na perspectiva do ler e escrever no estado cearense. Assim, a Undime/CE e a APRECE, com apoio do Unicef, idealizaram e criaram um programa de alfabetização por meio de um acordo de cooperação mútua entre estado e municípios: o Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic), inicialmente aderido por 56 municípios. Mais tarde, em 2007, a execução do programa foi assumida oficialmente pelo Governo do Estado do Ceará, tornando-se uma política pública, momento

em que todos os municípios fizeram o pacto de adesão (CEARÁ, 2012).

Diante disso, por meio do regime de cooperação, “[...] o programa foi organizado em cinco eixos: Gestão da Educação Municipal, Avaliação Externa, Alfabetização, Formação do Leitor e Educação Infantil”, adotando como principal objetivo “[...] alfabetizar todos os alunos das redes públicas de ensino do estado até os 7 anos de idade” (CEARÁ, 2012, p. 17). Nesse contexto, “[...] a cooperação integra várias linhas de ação, com intervenções sistêmicas que objetivam potencializar a capacidade dos municípios de gerarem bons resultados na alfabetização de crianças” (CEARÁ, 2012, p. 29).

Por intermédio da observação da potencialidade do Paic em relação à eliminação do analfabetismo escolar no Estado do Ceará, o Governo Federal propôs a criação de um programa de características idênticas, mas de alcance nacional. Desse modo, em 2012, foi instituída a criação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic).

3.2 O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)

Em 2012, sob influência das experiências de alfabetização de crianças realizadas pelo Governo do Estado do Ceará, por meio do Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic), foi criado o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic). Diferentemente do Paic, que promove suas ações apenas no estado de origem – Ceará –, o Pnaic propõe a alfabetização de crianças em âmbito nacional. Assim, foi assinado um acordo – pacto – entre Governo Federal, Distrito Federal, estados e municípios, no sentido de fortalecer e garantir a alfabetização de crianças até os 8



anos de idade, ou 3º ano do Ensino Fundamental, momento este que fecha o ciclo de alfabetização (BRASIL, 2012).

Segundo o programa, ao assinar o acordo, os envolvidos se comprometem com a alfabetização de crianças nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática; além de colaborar, junto ao Inep, na aplicação de avaliações universais aos formandos do ciclo de alfabetização, cabendo aos estados o apoio para com os municípios na implementação e desenvolvimento do programa (BRASIL, 2012).

Ainda, para a concretização dos objetivos, de acordo com a cartilha de orientação do programa (BRASIL, 2012), a estrutura do Pnaic foi pensada de modo a desenvolver as ações do programa dentro de quatro eixos, a saber:

- I- Formação continuada de professores alfabetizadores;
- II- Materiais didáticos e pedagógicos;
- III- Avaliações;
- IV- Gestão, controle social e mobilização.

Vejamos o esquema a seguir:

Figura 2 – Eixos estruturantes do Pnaic



Fonte: Brasil (2012, p. 12).

O eixo III faz referência à Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), a qual integra o Saeb. Adiante, focaremos o estudo nesse eixo, com o intuito de fazermos comparativos dessa avaliação com as demais provas aplicadas em níveis semelhantes e que igualmente competem para o acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito desses programas, bem como dos níveis de alfabetização das crianças beneficiadas com a educação pública escolar.

4 Avaliações da alfabetização: histórico, características e estrutura

4.1 A Provinha Paic

A Provinha Paic surgiu por consequência da implantação do Paic. Esse instrumento faz parte de um dos eixos do programa: o de avaliação. Ela possui como objetivo avaliar, de forma diagnóstica, as aprendizagens dos alunos que compõem as séries de 2º ano do Ensino Fundamental, os quais serão os beneficiados pelas ações do Paic durante todo o ano letivo. Por se tratar de uma avaliação diagnóstica, essa prova busca proporcionar indicadores de níveis de alfabetização nos quais se encontram as crianças aos professores, gestores escolares, secretaria de educação e demais interessados. Esses indicadores servirão de base para a condução do trabalho docente, de modo a promover a regulação da aprendizagem, como afirma Perrenoud (1998).

De posse dos resultados da aplicação da avaliação diagnóstica do Paic, ao início do período letivo, os envolvidos no processo educacional planejam e realizam ações tendo como foco a mudança qualitativa desses resultados ao longo do ano.

No sentido de observar a concretização do trabalho desenvolvido, ao final do período letivo é aplicada uma avaliação



de caráter externo, universal e censitário aos alunos participantes do programa. Essa avaliação mostrará o que foi concretizado por meio das ações planejadas e desenvolvidas durante o ano no que alude à alfabetização das crianças. Estamos nos referindo ao Spaece-Alfa.

4.2 O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Ceará (Spaece-Alfa)

Em decorrência dos baixos níveis de alfabetização no estado e por ocasião da criação do Paic:

Em 2007 [...], a Secretaria de Educação realizou uma avaliação da capacidade de leitura dos alunos da rede pública do 2º ano do Ensino Fundamental por meio do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – Alfabetização (Spaece Alfa). De caráter universal, a prova proporcionou uma linha de base para avaliação do Paic ao longo dos anos. (CEARÁ, 2012, p. 30).

O Spaece é uma avaliação externa e censitária aplicada anualmente nos 2º (Spaece-Alfa), 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e nas 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio das escolas públicas estaduais e municipais do Ceará. Vale ressaltar que as demais séries são avaliadas de forma amostral².

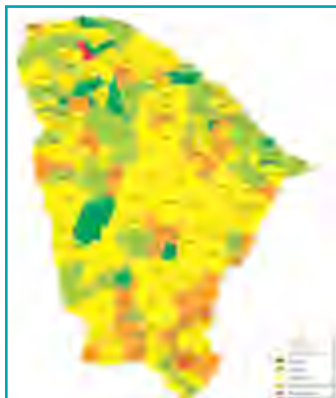
Os resultados dessa avaliação são organizados em escalas que são utilizadas para verificar em qual dos cinco níveis de alfabetização as crianças se encontram. Cada nível de alfabetização é representado por uma cor. Assim, a cor vermelha expressa o nível de não alfabetizado; a cor laranja, o de alfabetização incompleta; a cor amarela, o de alfabetização intermediária; a cor verde-clara, o de alfabetização suficiente; a cor verde-escura, de desejável.

² A partir de 2013, as turmas de 2ª e 3ª série do Ensino Médio também passaram a ser avaliadas de forma amostral.



Nas figuras adiante, vejamos a exemplificação dos resultados dos municípios na escala de proficiência por cor, comparando o ano de 2007 com o de 2013, que foram, respectivamente, o ano de início e o de edição divulgada mais recente do programa:

Figura 3 – Mapa dos resultados (Spaace-Alfa 2007)



Fonte: Ceará (2008).

Figura 4 – Mapa dos resultados (Spaace-Alfa 2013)



Fonte: Ceará (2014).



De acordo com as figuras, verificamos que, na primeira aplicação do Spaece-Alfa, a maioria dos municípios apresentava o nível intermediário de alfabetização, segundo a escala de cores. Após alguns anos de desenvolvimento desse sistema de avaliação, verificamos uma significativa melhora desses níveis. Nesse sentido, constata-se que, em 2013, a maioria dos municípios já apresentava o nível desejado de alfabetização.

4.3 A Provinha Brasil

A Provinha Brasil é uma avaliação que integra o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), do Governo Federal. Ela possui caráter diagnóstico e é aplicada em âmbito nacional, nas turmas de 2º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas, duas vezes ao ano: uma no início e outra no final do período letivo.

Essa prova objetiva averiguar o desenvolvimento dos conhecimentos referentes à alfabetização e ao letramento em Português e em Matemática dos alunos que foram submetidos ao processo de alfabetização por, no mínimo, um ano. A elaboração do instrumento avaliativo é realizada mediante as matrizes de referência de Língua Portuguesa e de Matemática. Vale ressaltar que a prática dessa avaliação não é obrigatória e que sua data de aplicação é definida a critério do sistema de ensino.

4.4 A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)

A ANA é de caráter externo, universal e censitário. Tem como objetivo diagnosticar o domínio das habilidades dos alunos das escolas públicas municipais ao final do 3º ano do Ensino Fundamental – final do ciclo de alfabetização – em Língua Por-



tuguesa e Matemática. Porém, além disso, é necessário verificar outros fatores que contribuem no processo educacional, logo, “[...] espera-se avaliar aspectos de contexto que envolvam a gestão escolar, a infraestrutura, a formação docente e a organização do trabalho pedagógico, entendidos como aspectos intervenientes no processo de aprendizagem” (BRASIL, 2013, p. 7). Assim, os objetivos dessa sistemática são:

- i) Avaliar o nível de alfabetização dos educandos no 3º ano do ensino fundamental;
- ii) Produzir indicadores sobre as condições de oferta de ensino;
- iii) Concorrer para a melhoria da qualidade de ensino e redução das desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional. (BRASIL, 2013, p. 7).

Atualmente, a ANA integra o Saeb, juntamente com a Provinha Brasil, a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) ou “Prova Brasil”, como é comumente conhecida.

5 Resultados

Ao analisar a literatura da área e confrontá-la com os documentos base que norteiam cada uma das referidas avaliações, pudemos observar semelhanças e diferenças entre as quatro avaliações.

Todas voltam-se para a fase de alfabetização do aluno, na tentativa de auxiliar o professor no processo de aquisição da leitura e escrita, norteando ações e apontando melhores encaminhamentos. Outro ponto em comum é o fato de termos avaliações que se preocupam com o diagnóstico e, posteriormente, com o uso dos resultados alcançados com tal diagnóstico, na medida em que busca observar se houve ou não evolução dos aprendizes.



A fim de sistematizar nossa pesquisa, *a priori* buscamos identificar as diferenças entre as avaliações de cunho federal e, posteriormente, aquelas de cunho estadual, com o fito de prover os subsídios necessários para uma análise completa das quatro avaliações aqui pretendidas.

As principais diferenças entre a Provinha Brasil e a ANA estão relacionadas ao tipo de informações produzidas e ao objetivo de cada uma delas. Reforça-se, assim, a ideia de que a proposta da Provinha Brasil seja uma avaliação diagnóstica – um instrumento pedagógico sem finalidades classificatórias.

Tal qual o Saeb e a Prova Brasil, a ANA é uma avaliação externa, ou seja, existe sempre um aplicador externo à rede e aos alunos que participam do processo de avaliação, sendo o Inep o responsável pela aplicação. No caso da Provinha Brasil, o aplicador pode não ser externo, pois a própria rede escolar tem a opção de aplicar os instrumentos.

Na ANA, o processamento, as análises, a interpretação e a divulgação dos resultados são de responsabilidade do Inep. No entanto, em função do uso de metodologias e técnicas estatísticas complexas, os resultados de apuração e divulgação não são imediatos. Já no caso da Provinha Brasil, o processamento e a interpretação dos resultados podem ser feitos pelas próprias redes, pois sua metodologia de aplicação permite uma leitura e interpretação imediata dos resultados por parte dos professores e gestores das redes.

As avaliações estaduais, por sua vez, possuem características semelhantes às de caráter federal. Enquanto a Provinha Paic vincula-se a uma concepção de avaliação diagnóstica, que permite inferências do professor ao longo do processo de alfabetização, o Space-Alfa complementa esse diagnóstico se fazendo valer da avaliação externa promovida no fim do ano letivo. Esta,



de caráter externo, visando às políticas educacionais do setor, enquanto aquela situa-se no âmbito da prática pedagógica. As quatro avaliações buscam utilizar os resultados na melhoria da qualidade educacional.

O uso dos resultados das avaliações (internas e externas) compreende a disseminação, leitura e interpretação desses processos que ocorrem após todo o ciclo de planejamento e execução das várias atividades avaliativas e etapas que as compõem. A disseminação pode ser compreendida como a divulgação das informações, que, por sua vez, deve permitir a apropriação significativa dos resultados por parte dos interessados, que os usarão em prol do aprimoramento do objeto avaliado (ANDRIOLA, 1999).

6 Considerações finais

As discussões sobre os problemas da Educação Básica brasileira nos últimos anos têm sido pautadas sob a égide dos sistemas de informação, os quais coletam e disponibilizam os dados, gerando, assim, questionamentos e incitando novos estudos. O problema crônico da alfabetização tem trazido à tona novas estratégias de atuação, incidindo em programas específicos e avaliações sistemáticas. O uso de avaliações na prática escolar tem se modificado nos últimos anos, o que altera inúmeros elementos constituintes do sistema de ensino.

No que tange ao objeto deste estudo, foi possível identificar quadros semelhantes ocorridos tanto na esfera estadual como na federal, em que as avaliações estão interligadas a programas específicos de apoio à alfabetização e à formação de professores, enxergando na avaliação periódica um excelente instrumento de monitoramento das ações executadas.



Cabe ressaltar um questionamento quanto à quantidade excessiva de diagnósticos e à relação direta (ou não) a mudanças reais nas práticas escolares que influenciem positivamente o objeto avaliado, conferindo-lhe a real melhoria da qualidade educacional.

Referências

ANDRIOLA, W. B. Avaliação da aprendizagem: conceitos, dados, problemas e perspectivas. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 22, n. 39, p. 45-55, 2004.

ANDRIOLA, W. B. Evaluación: la vía para la calidad educativa. *Ensaio: avaliação de políticas públicas em educação*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 25, p. 355-368, out./dez. 1999.

BRASIL. *Avaliação nacional da alfabetização (ANA)*: documento básico. Brasília: Inep, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Educação Infantil – políticas e desafios – LDB 9.394/1996*. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: o Brasil do futuro com o começo que ele merece*. Ministério da Educação. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/pacto_livreto.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2015.

CEARÁ. Assembléia Legislativa do Estado. *Relatório Final do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar: educação de qualidade começando pelo começo*. Fortaleza: Assembléia Legislativa do Ceará, 2006.

CEARÁ. Programa Alfabetização na Idade Certa. *Mapa de Alfabetização do Estado do Ceará: resultado do SPAECE-ALFA 2007*. Ceará: Governo do Estado do Ceará, 2008. Disponível em: <http://www.paic.seduc.ce.gov.br/images/spaace_alfa_mapas/spaace_alfa_2007.pdf>. Acesso em: 5 out. 2015.



CEARÁ. Programa Alfabetização na Idade Certa. *Mapa de Alfabetização do Estado do Ceará*: resultado do SPAECE-ALFA 2013. Ceará: Governo do Estado do Ceará, 2014. Disponível em: <<http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/fique-por-dentro/downloads/category/100=-mapa-do-spaece2013-?download=637%3A2ano2013>>. Acesso em: 5 out. 2015.

CEARÁ. Secretaria da Educação. *Regime de colaboração para a garantia do direito à aprendizagem*: o Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic) no Ceará. Secretaria da Educação, Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Fortaleza: Seduc, 2012.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa*: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

DEPRESBITERIS, L.; TAVARES, M. R. *Diversificar é preciso...* Instrumentos e técnicas de avaliação de aprendizagem. São Paulo: Senac, 2009.

FERNANDES, D. *Avaliar para aprender*: fundamentos, práticas e políticas. São Paulo: Unesp, 2009.

FREITAS, L. C. et al. *Avaliação educacional*: caminhando pela contramão. Petrópolis: Vozes, 2009.

FORTALEZA. Secretaria de Educação. *Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental do Sistema Público Municipal de Ensino de Fortaleza*. Fortaleza: SME, 2011. 2 v.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

IZUMI, R. Pnaic: o desafio da alfabetização na idade certa. *Plataforma do letramento*. 2015. Disponível em: <<http://www.plataformadoletramento.org.br/em-revista/266/pnaic-o-desafio-da-alfabetizacao-na-idade-certa.html>>. Acesso em: 5 abr. 2015.

OLIVEIRA, M. M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes, 2007.



PERRENOUD, P. *Avaliação: da excelência à regularização das aprendizagens: entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SIMONETTI, A. *O desafio de alfabetizar e letrar*. Fortaleza: Imeph, 2007.

SOUZA, M. A. O uso dos resultados da avaliação externa da escola: relação entre os resultados da avaliação externa e a avaliação interna dos alunos. In: BAUER, A. et al. (Org.). *Ciclo de debates: vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil – origens e pressupostos*. Florianópolis: Insular, 2013. p. 163-174.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VIANNA, H. M. *Avaliação educacional: teoria, planejamento e modelos*. São Paulo: Ibrasa, 2000.

